

Juros e dólar contribuem para aumento da dívida em R\$ 8 bi

*Montante chega a
R\$ 596,7 bilhões,
equivalente a
50,2% do PIB*

VÂNIA CRISTINO
e SERGIO LAMUCCI

Mesmo com o melhor superávit primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros) de sua história, a dívida líquida do setor público cresceu R\$ 8 bilhões em abril, pulando para R\$ 596,7 bilhões, equivalentes a 50,2% do PIB. O aumento dos juros e a alta do dólar foram os responsáveis pela piora. Em março, a dívida estava em R\$ 588,718 bilhões e equivalia a 50,1% do PIB. Os analistas consideram a relação dívida/PIB um dos indicadores mais importantes para checar a capacidade de um país honrar seus compromissos.

“O número não é um desastre, mas causa algum desconforto”, diz o economista-chefe do banco JP Morgan, Marcelo Carvalho. Para ele, enquanto houver a percepção de que a alta dos juros e do câmbio é um fenômeno temporário, o aumento da relação dívida/PIB não é um fator dos mais preocupantes. No entanto, a aposta de que a relação ficaria estabilizada na casa

de 49,5% do PIB não deve mais concretizar-se, afirma ele.

O economista-sênior do BBV Banco, Fábio Akira, ainda não está preocupado com a piora do indicador. “A deterioração foi causada pela alta do câmbio e dos juros, não por negligência com o ajuste fiscal.” Akira lembra que o controle das contas públicas tem superado com folga as expectativas dos analistas. “É positivo que o governo tenha um colchão extra de recursos, uma vez que, no segundo semestre, o racionamento de energia elétrica deve provocar uma desaceleração do nível de atividade, reduzindo a arrecadação.

Além disso, é possível que, em razão da crise energética, haja maiores gastos com infra-estrutura e os investimentos de algumas estatais sejam liberados.”

O novo cenário levou Akira a rever suas estimativas da relação dívida/PIB para o fim do ano, que passou de 49,6% para 50,3%.

Os números do BC indicaram ainda a piora da qualidade da dívida. A participação de títulos cambiais aumentou de 23,2% para 24,4%, enquanto a dos prefixados caiu de 14,5% para 12,6%. Os papéis pós-fixados, por sua vez, passaram a responder por 51,1% da dívida, ante 50,8% em março.

HOUVE
PIORA NA
QUALIDADE
DA DÍVIDA